



Congresso Nacional: projetos em tramitação ameaçam os direitos dos trabalhadores brasileiros



Muitas proposições feitas por deputados e senadores e que ainda estão em tramitação no Congresso Nacional pretendem acabar com direitos dos trabalhadores brasileiros, entre eles, estão: a TERCEIRIZAÇÃO sem limite, a retirada do direito de greve dos servidores, a redução da jornada de trabalho com redução de salário e a extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa.

O Sindicato dos Bancários de Campo Gran-

de-MS e Região há muito tempo vem lutando contra esses projetos que querem retirar os direitos trabalhistas e sociais, e vai continuar mobilizado para enfrentar e barrar essas ofensivas contra os direitos já conquistados há décadas.

O SEEB-CG quer chamar atenção dos bancários e da sociedade para que juntos possam evitar esses retrocessos à democracia e aos direitos dos milhares de trabalhadores brasileiros.

Na próxima página, elencamos alguns projetos que ameaçam os direitos dos trabalhadores:



1 - Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4302/1998 - Câmara, PLC 30/2015 - Senado, PLS 87/2010 - Senado);

2 - Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos (PEC 18/2011 - Câmara);

3 - Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos (PL 450/2015 - Câmara);

4 - Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 - Câmara, PLS 550/2015 - Senado);

5 - Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 - Câmara);

6 - Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 - Câmara, PL 7549/2014 - Câmara);

7 - Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho (PL 2409/2011 - Câmara);

8 - Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 - Senado, PLS 327/2014 - Senado, PL 4497/2001 - Câmara);

9 - Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998 - Câmara);

10 - Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador (PL 427/2015 - Câmara);

11 - Suspensão de contrato de trabalho (PL 1875/2015 - Câmara);

12 - Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (PL 7341/2014 - Câmara);

13 - Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8294/2014 - Câmara);

14 - Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores (PL 6906/2013 - Câmara);

15 - Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 - Câmara, PL 5016/2005 - Câmara, PLS 432/2013 - Senado);

16 - Susta Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto (PDC 1358/2013 - Câmara);

17 - Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário (PDC 1615/2014 - Câmara);

18 - Estabelecimento da jornada flexível de trabalho (PL 2820/2015 - Câmara, PL 726/2015 - Câmara);

19 - Extinção do abono de permanência para o servidor público (PEC 139/2015 - Câmara);

20 - Privatização de todas as empresas públicas (PLS 555/2015 - Senado, PL 4918/2016 - Câmara).